

ANO: 2016 MÊS: MARÇO/ABRIL

BOLETIM INFORMATIVO DA IRE

LEGISLAÇÃO E OUTRAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

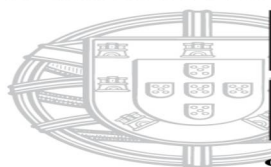


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

JORNAL OFICIAL

Dia	Série	N.º	Diploma	Assunto
02	II	178	Edital n.º 12/2015	Lista definitiva de bens imóveis do domínio privado da Região Autónoma da Madeira, elaborada pela Direção Regional do Património e de Gestão dos Serviços Partilhados - PaGesp
13	II	185	Despacho n.º 443/2015	Nomeia a técnica superior, Susana Cristina Freitas Gonçalves, pertencente ao mapa de pessoal da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro, para coordenar a equipa do “Projeto de Capacitação dos Alunos para o Sucesso Escolar”
21	II	191	Despacho n.º 446/2015	Delega competências com a faculdade de subdelegação, na Diretora Regional de Qualificação Profissional, Dra. Sara Maria Nunes de Almeida Estudante Relvas, nas áreas de atuação da Direção Regional de Qualificação Profissional

I SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 1 de março de 2012

Número 44

Dia	Série	N.º	Diploma	Assunto
02	I	193	Resolução do Conselho de Ministros n.º 86-B/2015	Autoriza a celebração de um protocolo financeiro de cooperação entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira
02	I	193	Decreto-Lei n.º 214-G/2015	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 100/2015, de 19 de agosto, revê o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da

				Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente
09	I	198	Portaria n.º 341/2015	Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver
12	I	199	Decreto-Lei 231/2015 n.º	Autoriza a criação, pelo Estado, com a natureza de associação de direito privado sem fins lucrativos e por tempo indeterminado, do Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas oriundos dos Países de Língua Portuguesa
13	I	200	Portaria nº 349/2015	Regula a plataforma informática de suporte ao procedimento extrajudicial pré-executivo e altera a Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis e revoga a Portaria n.º 233/2014, de 14 de novembro
14	I	201	Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 12/2015	Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma que aplica o artigo 703.º do Código de Processo Civil, aprovado em anexo à Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, a documentos particulares emitidos em data anterior à sua entrada em vigor, então exequíveis por força do artigo 46.º, n.º 1, alínea c), do Código de Processo Civil de 1961, constante dos artigos 703.º do Código de Processo Civil e 6.º, n.º 3, da Lei n.º 41/2013, de 26 de junho
14	I	201	Portaria n.º 355/2015	Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Técnico Superior Especialista em Estatística do Instituto Nacional de Estatística, I. P.
16	I	203	Portaria n.º 366/2015	Aprova os novos modelos de impressos da declaração modelo 3, para declarar os rendimentos respeitantes aos anos de 2001 a 2014, e respetivas instruções de preenchimento
20	I	205	Portaria n.º 372/2015	Aprova a declaração modelo 49 e respetivas instruções de preenchimento, para efeitos do disposto no nº 3 e 4 do artigo 60.º do Código

				do IRS
22	I	207	Portaria n.º 378/2015	Aprova o modelo oficial da declaração modelo 48, prevista no n.º 5 e 6 do artigo 10.º-A do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento
22	I	207	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 949/2015	Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, resultantes do artigo 364.º, n.º 3, alínea b), e do n.º 6, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho
26	I	209	Portaria n.º 383/2015	Aprova a declaração Modelo 10 do IRS e do IRC e respetivas instruções de preenchimento
26	I	209	Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2015/M	Aprova a orgânica da Direção Regional da Economia e Transportes

OFÍCIOS CIRCULARES

Dia	N.º	Entidade responsável	Assunto
22/3	10	DRIG	Tolerância de Ponto Páscoa
30/3	11	DRIG	Listagem de trabalhadores em funções públicas da administração regional com habilitações superiores às exigidas para a respetiva carreira de origem - divulgação e procedimentos
4/4	12	DRIG	Decreto Legislativo Regional n.º18/2016/M, de 28 de março - Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira
5/4	13	DRIG	Lei n.º 7-A/2016 - Orçamento de Estado para 2016
11/4	14	DRIG	Regime de acumulação de remunerações com pensões de aposentação ou reforma e subvenções
13/4	15	DRIG	Acumulação de funções

INFORMAÇÕES IRE

PROJETOS INSPETIVOS

► EM IMPLEMENTAÇÃO

- Condições de Funcionamento do Ano Letivo;
- Processos Disciplinares e de Inquérito.
- Organização e Tempo de Trabalho.
- Administração geral.

OUTRAS INFORMAÇÕES/PUBLICAÇÕES

INSPEÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – IGEC (<http://www.ige.min-edu.pt>)

- Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Secundário;
- Alterado o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente;
- Princípios orientadores da avaliação das aprendizagens nos ensinos básicos e secundário;
- Alterado calendário escolar para 2015-2016;
- Regulamentado regime de avaliação e certificação dos alunos do ensino básico;
- Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico;
- Alterados procedimentos da matrícula e respetiva renovação;
- Pré-requisitos para a candidatura de 2016-2017;
- Regras para a fixação de elencos de provas de ingresso;
- Eliminação da requalificação de docentes;

THE STANDING INTERNATIONAL CONFERENCE OF INSPECTORATES – SICI (<http://www.sici-inspectorates.eu>)

- Use of Operation Indicators and Measurements in External and Internal Evaluation in Schools

We are pleased to announce next SICI workshop on “Use of Operation Indicators and Measurements in External and Internal Evaluation in Schools”, which will take place in Tallinn, Estonia on September 14-16,...